

Famalicão. Nova vida para a comunidade cigana

Famílias trocam barracas e ratos por apartamentos da câmara, em Novembro. Falta de emprego continua problemática

PEDRO JOSÉ BARROS
pedro.barros@grandeportoonline.com

Nem precisamos de chegar às barracas para perceber em que condições vivem 30 famílias de etnia cigana, em frente à estação de caminho-de-ferro de Famalicão. O lixo espalha-se por toda a parte, as bonecas confundem-se com a terra, as ratazanas correm por ali. Maria Navarro conhece-as bem. “Tenho de meter tudo no frigorífico. No outro dia vi uma a sair de um carrinho de bebé e outra do meio do pão”, conta à entrada da barraca onde dorme com o marido e três filhos, protegida por contraplacados, chapas e vigas com pregos soltos. A ferrugem instalou-se no frigorífico, o ar é abafado e as moscas insistentes. Os vizinhos ajudam com o fornecimento de água e luz. Usa a casa de banho da estação.

Enquanto arruma os sapatos, Maria lamenta a miséria, as “baratas que caem nas camas” e não conseguir arranjar “um emprego, nem nas limpezas”. Está ansiosa por mudar para as casas novas erguidas pela autarquia, de preferência “antes que chegue o Inverno”.

Maria do Amparo Monteiro foi a primeira a acampar nas imediações, há 45 anos. Tem 11 filhos e orgulha-se de “nunca terem dito nada” da sua família. Vive da sua “reforma” (275 euros) e da do marido. A urbanização das Bétulas, ali ao lado, está em fase de acabamentos e deverá ficar pronta a ser habitada no espaço de um mês,

135 ciganos vão morar na urbanização das Bétulas, que conta com um espaço recreativo e um centro de acção social

Os principais problemas da comunidade são a falta de casa e de trabalho. Na educação e na saúde estão integrados

confirma ao *i* Paulo Cunha, vice-presidente da autarquia de Famalicão. Além da resolução de um problema humano e social “deplorável”, que se arrastava desde 1974, a construção é o ponto de partida da requalificação urbanística da zona poente da cidade. Naquele espaço vai nascer um transferro-ferroviário. “O fim das barracas na cidade será um passo histórico na reabilitação urbana de Famalicão”, considera o presidente da Câmara, Armindo Costa.

Ao todo são 135 pessoas de etnia cigana que vão morar nos apartamentos sociais: 30 casas (três T1, oito T2, treze T3 e seis T4) distribuem-se por oito blocos de quatro pisos. Dois dos primeiros andares de um bloco destinam-se a uma unidade municipal de acção social. Para o logradouro da urbanização está a ser estudada a criação de um espaço multifunções, vocacionado para actividades desportivas e recreativas.

GESTÃO DOMÉSTICA Aldina Silva e Elsa Rocha são as técnicas de acção social que têm acompanhado este processo em Famalicão. Dizem que as famílias têm “treinamento das competências” para se adaptarem aos novos espaços, na área da confecção de refeições, higienização da casa e higiene pessoal, manutenção do equipamento, tratamento da roupa, gestão do orçamento familiar e direitos e deveres sociais. Neste capítulo analisaram o contrato que vão assinar com a Câmara, já que vão ter de pagar uma renda apoiada.

Segundo as técnicas, os principais problemas da comunidade prendem-se com a falta de casa e de trabalho. Em áreas como a educação e a saúde “estão integrados”. “Não se consideram estigmatizados aqui. Fala-se de guetização quando vivemos nos subúrbios, mas aqui estão no coração da cidade. As pessoas já os conhecem e não tem havido problemas de relacionamento”, explica Elsa Rocha.

Diante do prédio para onde se mudará em breve, Lisandra, de dez anos, queixa-se de hoje só ter espaço para dormir e não para pôr as coisas. “Aqui vou ter um quarto só para mim”, sorri.

1
Exclusivo *i*/Semanário Grande Porto



Os ciganos viviam sem condições desde 1974

IVO PEREIRA/GRANDE PORTO

A sombra do despejo sem solução à vista

Na Maia, a história de dez famílias não terá um final feliz. Os proprietários do terreno onde acampam há 40 anos querem expulsá-los

Na Maia, dez famílias ciganas (50 pessoas) não tiveram a mesma sorte que em Famalicão. Aguardam o despejo iminente das barracas onde vivem, em Vila de Moreira, desde que ali acamparam, há 40 anos. O Tribunal da Maia decidiu em 2008 a favor dos três proprietários do terreno da Rua 4 da Urbanização do Lidador, que interpuseram há dez anos uma acção conjunta de despejo. O pedido para execução da sentença já foi formulado.

José Mota, um dos proprietários, recusa solução diferente da que foi decidida em tribunal. “Eles sabem que aquilo não é deles, ocuparam pela força. Não há hipótese de negociação”, disse ao *i*.

“É uma forma desumana de tratar este tipo de situações, mas compreendemos

os proprietários”, diz o presidente da Junta de Vila de Moreira, Albino Maia. Já perdeu a conta às reuniões em que tentou resolver o caso. Os ciganos “estão disponíveis para qualquer coisa, mas há outros problemas”. Estudou-se o realojamento em habitações sociais dispersas, mas quem já vive nesses prédios recusou. “Eles têm uma maneira de viver diferente, temos de compreender isso. A junta não pode impor nada a ninguém. Não vamos criar outro problema”, explica ao *i*.

A comunidade sobrevive maioritariamente graças ao rendimento social de inserção, em condições “muito precárias e sem uma cultura de higiene normal”, embora não haja registo de casos de insegurança. Junta e câmara ainda tentaram comprar os terrenos “para construir lá casas condignas para os ciganos, mas os preços eram incontroláveis – rondando 500 mil euros para seis lotes de 200m²”. Neste momento “não há solução” para realojar as pessoas, sobretudo se consideradas as dez famílias. Pedro José Barros